



FONTES DE FINANCIAMENTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Flávio Augusto Serra Kauling
Guilherme Rizzatti
Maria Julia Leite Hullmann
Alexandre Marino Costa

RESUMO

O financiamento universitário é temática constantemente discutida, por sua importância na manutenção das atividades de ensino, pesquisa e extensão e na contribuição da universidade para a formação e prosperidade social dos indivíduos e da coletividade. Desde a falência do modelo de Estado de Bem-Estar Social no rico ocidente e o conseqüente desmonte de seu similar nacional, nascido na era Vargas, as universidades públicas buscam fontes alternativas de recursos, seja por diminuições nos repasses do fundo público federal, seja pelo desejo dos administradores universitários de contarem com recursos menos “amarrados” por legislação específica para exercerem suas atividades. Neste estudo exploratório, mas também descritivo, baseado em pesquisa bibliográfica e documental, auxiliada por entrevista por pautas junto à Secretaria de Planejamento da Universidade Federal de Santa Catarina, foram atingidos os objetivos de listar os entes financiadores da IES nos anos de 2009 e 2010, identificar quais recursos são oriundos de convênios e contratos e calcular sua importância relativa nos orçamentos dos dois anos, respectivamente 14,50% e 18,06%. Espera-se com isso subsidiar estudos futuros quanto às contrapartidas exigidas em tais convênios e desvendar como a universidade sucede em captar tais recursos.

Palavras-chave: financiamento universitário, entes financiadores, recursos alternativos, UFSC.

1 INTRODUÇÃO

A principal fonte de recursos da Universidade Federal de Santa Catarina é o poder público, mais especificamente, a União, mediante o Tesouro Nacional, ou o que Amaral (2003) convencionou chamar Fundo Público Federal. A participação de tais recursos no orçamento da instituição ultrapassa 82%. A origem de tal estrutura de financiamento remonta ao texto original da Constituição de 1988. Nas palavras de Amaral (2003, 133):

A constituição Federal de 1988 estabeleceu, em seu artigo 212, os recursos mínimos das esferas federal, estaduais e municipais para o financiamento da educação brasileira.

O texto do artigo 12, citado pelo autor, reza (BRASIL, 1988):

A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente da transferência, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Amaral continua citando as diversas modificações ocorridas nas administrações que se seguiram à promulgação da Carta Magna, demonstrando as medidas tomadas por sucessivos governos no intuito de escapar das definições rígidas de alíquotas previstas pelos constituintes. É fato que a administração financeira do Estado brasileiro vem “engessada” desde sua refundação em 1988, e as transformações econômicas ocorridas no país, sendo a principal a troca de moeda em 1994 (plano Real) e a mudança do paradigma hiperinflacionário anterior para um de maior “normalidade” macroeconômica, com seus efeitos perceptíveis na adequação orçamentária a rendimentos financeiros não mais fabulosos, mas sim condizentes com uma política econômica séria e comprometida com o desenvolvimento no longo prazo.

Depreende-se da leitura do autor que não mais se pode contar com tais alíquotas na origem de recursos.

O período pós-constituição também viu a adesão brasileira àquilo que se convencionou chamar de “neoliberalismo”, compreendido como as medidas econômicas de restrição da participação do Estado em vários setores da economia, impulsionadas pelos estadistas Margareth Thatcher, no Reino Unido, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos, ambos eleitos com plataformas orientadas à “direita”, como respostas do eleitorado à falência do Estado de Bem-Estar Social. Tal movimento resultou em drásticos cortes orçamentários nas instituições de ensino superior (IES) em praticamente todos os países que seguem o chamado “consenso de Washington”, o que, após os protestos de praxe, levou a duas atitudes por parte das IES: 1 – diminuição do quadro de pessoal, seja por aposentadorias, programas de demissões incentivadas, não-preenchimento de vagas por contratação ou concurso e terceirização de serviços, especialmente nas áreas de manutenção e técnico-administrativas; e 2 – a busca por outras fontes de recursos.

O aspecto que pauta este trabalho é este segundo, a busca por outras fontes de recursos. Mais especificamente, quais são as fontes de recurso atualmente mantenedoras da UFSC, descrevendo sua participação relativa ao orçamento global da IES. Para tanto, conduziu-se uma pesquisa exploratória, descritiva, documental e bibliográfica, com o apoio de entrevista pautada e telefônica junto à Secretaria de Planejamento da IES. Conclui-se que, apesar da instituição ainda depender majoritariamente do Fundo Público Federal, há diversas outras fontes de recursos que, embora relativamente menos importantes, representam volumes da

ordem de milhões de Reais, aplicados em diversas instâncias e que são hoje imprescindíveis para a manutenção das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

1.1 JUSTIFICATIVA

A pesquisa justifica-se pela importância de identificar e sistematizar de que forma uma instituição de educação superior renomada e estabelecida como a UFSC financia todas as suas atividades meio e fim. A questão reveste-se de relevância em um momento como o atual, em que a rede pública e privada de educação superior expande-se de maneira inédita, com o fim de cumprir os objetivos propostos no PDE 2007.

Diversas novas universidades, centros universitários e faculdades se estabelecem pelo país, e todas as que realmente busquem qualidade em suas atividades precisam de financiamento adequado. Historicamente, as instituições de educação superior brasileiras têm penado por recursos financeiros e econômicos para a consecução de suas funções. O momento presente é ímpar justamente por ter invertido tal lógica, sendo que hoje não mais faltam recursos para a educação superior, mas sim, faltam projetos de pesquisa, ensino e extensão capazes de consumir os vastos recursos destinados às IES pelo governo e suas instituições afiliadas. A grande diferença está na composição destas origens de recursos, que hoje não mais advém somente das dotações constitucionais obrigatórias. É crescente a presença de recursos oriundos de convênios com organismos públicos e privados interessados no financiamento do ensino, da pesquisa e da extensão, ou em resultados práticos destes. Tais fundos, mesmo os públicos, diferem em qualidade daquelas dotações previstas por serem recursos que necessitam ser ativamente “captados” pelas instituições de ensino superior, e compreendem alguma contrapartida além das atividades naturalmente desenvolvidas pelas mesmas. A presença de tais recursos é visível na Universidade Federal de Santa Catarina, e interessa descobrir certamente qual a importância, relativa ao orçamento, desta participação.

1.2 TEMA E PROBLEMA

O financiamento do ensino superior é tema constantemente discutido pela academia. Em tempos nos quais as próprias bases de nosso sistema capitalista especulativo parecem estar ruindo, em que países antes considerados “eternamente prósperos” exibem cenas de pobreza, desespero e falência, em que a paciência do público com o fenômeno da corrupção pública e privada exhibe sinais de esgotamento e nos quais o Estado, outrora desacreditado como instituição corre em socorro de bancos e empresas privadas, a questão se torna ainda mais relevante. Relevante, pois é certo que a sociedade pagadora de impostos deseja maior transparência e percepção de retorno sobre os investimentos públicos. E as Instituições Federais de Ensino Superior não serão exceções.

Desde sua concepção, o Plano de Desenvolvimento da Educação traz em seu bojo a idéia de maior inclusão na educação superior pública, ou publicamente mantida. Para implementá-lo, o governo federal está fazendo uso de algumas ferramentas, como o PROUNI, voltado ao financiamento estudantil nas IES privadas e o REUNI, programa que transfere recursos às IES públicas mediante acerto de contrapartidas, expressas em formas de metas a serem “batidas” por seus administradores. Além dos programas de origem federal, as próprias IFES têm-se organizado na busca por recursos de outras fontes, sejam públicos ou privados. Os principais movimentos nesse sentido têm sido aqueles representados pelo envolvimento das fundações na captação e gestão de recursos e a orientação de pesquisadores de todos os níveis acadêmicos na busca por recursos para pesquisa,

disponibilizados em editais e chamadas públicas de organismos nacionais e internacionais. Afora os recursos já escriturados para as IFES, principalmente para custeio de folha, os demais recursos, oriundos de diversos convênios e projetos de pesquisa e extensão, são alvos de controle de seus organismos cedentes, que chamaremos de “entes financiadores”. É precisamente para identificar qual a importância relativa destes entes financiadores que se conduz este trabalho. A pergunta de pesquisa, portanto, configura-se como: quais os entes financiadores da UFSC e qual sua importância relativa nos orçamentos de 2009 e 2010?

1.3 OBJETIVOS

Para responder satisfatoriamente à pergunta de pesquisa, formularam-se os objetivos, geral e específicos, a seguir:

Objetivo Geral: Identificar os entes financiadores da UFSC, e sua importância relativa nos orçamentos 2009 e 2010.

Objetivos Específicos:

- a) Listar os entes financiadores da UFSC;
- b) Classificar os entes financiadores;
- c) Relacionar sua importância relativa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ADMINISTRAÇÃO E FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS

Desde suas origens como disciplina isolada das demais, a Administração foi concebida como um amálgama de técnicas e funções necessárias à eficiente gestão dos processos em uma organização. Fayol (1978) define que o conjunto das operações de uma empresa podem ser divididos em seis grupos: operações técnicas, operações comerciais, operações financeiras, operações de segurança, operações de contabilidade e operações administrativas. Assim sendo, demonstra-se que a gestão das finanças não é terreno exclusivo da economia ou das ciências contábeis, podendo ser abordado como temática da Administração.

2.2 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

Sobre a administração financeira, Assaf Neto (2010, p.8) afirma:

A administração financeira é um campo de estudo teórico e prático que objetiva, essencialmente, assegurar um melhor e mais eficiente processo empresarial. Nesse contexto, a administração financeira envolve-se tanto com a problemática da escassez de recursos, quanto com a realidade operacional e prática da gestão financeira das empresas, assumindo uma definição de maior amplitude.

Um dos pais da Administração científica, Fayol assim qualifica a função financeira (FAYOL, 1978, p. 15-16):

Nada se faz sem sua intervenção. O capital é necessário para o pagamento de salários, para a aquisição de imóveis, utensílios e matérias-primas, para o

pagamento de dividendos, para a realização de melhorias, para a constituição de reservas etc. É indispensável uma hábil gestão financeira para o aumento de capital, a fim de tirar o melhor partido possível das disponibilidades e evitar aplicações imprudentes de capital.

Logo, o estudo do financiamento organizacional e, por conseguinte, universitário, pode ser abrangido pela Administração com propriedade, não sendo exclusivo dos cursos de Letras, geralmente mais devotados à temática universitária.

2.3 FINANCIAMENTO UNIVERSITÁRIO

No Brasil, universidades são as instituições de ensino superior (IES) assim credenciadas pelo MEC segundo as disposições do Decreto 5.773, de 9 de maio de 2006 (BRASIL, 2006), que revogou o Decreto 3.860 de 9 de julho de 2001, que, por sua vez, revogou e substituiu o Decreto 2.306, de 19 de agosto de 1997, e a estas cabe o exercício cotidiano da Educação superior, compreendida como a tríplice missão de Ensino, Pesquisa e Extensão. O financiamento da educação superior, portanto, deve atender à estas três demandas, além de uma quarta, que seja o financiamento direto ao estudante por meio de bolsas. Sobre o tema, Amaral (2003, p. 112) afirma:

Diversos autores classificam quatro mecanismos utilizados pelos estados para financiar o ensino superior: 1. financiamento incremental ou inercial; 2. financiamento por fórmulas; 3. financiamento contratual; 4. financiamento por subsídios às mensalidades dos estudantes.

O autor explica o financiamento incremental como aquele em que “os recursos financeiros estabelecidos num determinado ano baseiam-se nos do ano anterior”; o financiamento por fórmulas como aquele que “se dá pelo estabelecimento de variáveis / indicadores institucionais que participam de uma expressão lógica indicando no final qual percentual ou valor deve se direcionar para cada instituição participante da distribuição” (2003, p. 113); já o financiamento contratual seria aquele que as instituições recebem junto a organismos públicos ou privados mediante contratos de prestação de serviços ou de desenvolvimento de pesquisas e os subsídios às mensalidades dos estudantes podem ser as bolsas de estudo e pesquisa outorgadas a graduandos e pós-graduandos, sejam estas parciais ou totais, ou ainda os programas de financiamento estudantil com juros subsidiados, como é o caso do FIES.

Mais adiante, o autor simplifica a organização dos fundos públicos (AMARAL, 2003, p. 167):

Os recursos do FPF financiadores das atividades das IFES são divididos entre aqueles diretamente arrecadados, chamados recursos próprios, provenientes de convênios / contratos com organismos públicos e / ou privados, e os oriundos das outras fontes, como impostos, taxas, contribuições etc., denominados recursos do Tesouro Nacional. Os recursos próprios provêm de prestação de serviços pelas diversas unidades da instituição, prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS) pelos hospitais universitários (HUs), taxas internas, aluguéis, doações, receitas resultantes de aplicações no mercado financeiro, etc.

A essa classificação, dividida em recursos próprios, ou ativamente captados pelas instituições e de outras fontes, que seriam os garantidos às IES por força de lei, pode-se adicionar os recursos privados, obtidos por contratos de pesquisa ou prestação de serviços, as doações de particulares (raras no Brasil, mais por dificuldades burocráticas do que por

escassez de potenciais doadores); os recursos oriundos de taxas diversas cobradas pelas IES de estudantes e comunidades em geral, chamados por Bruce Johnstone (JOHNSTONE, 2003) de *cost sharing*; e os incentivos públicos ou privados diretos aos estudantes, caracterizados como bolsas de estudo ou pesquisa.

3 METODOLOGIA

Para a satisfatória condução de um trabalho de pesquisa faz-se necessária a adoção de um método. Método, segundo Almeida (2011, p. 30):

Trata-se da adoção de procedimentos padronizados e muito bem descritos, a fim de que outras pessoas possam chegar a resultados semelhantes se seguirem seus passos.

Utilizando a taxonomia proposta por Vergara (2011) divide-se a metodologia quanto aos meios e quanto aos fins.

O estudo pode ser caracterizado, quanto aos fins, como uma pesquisa descritiva, pois busca classificar os entes financiadores da Universidade Federal de Santa Catarina e identificar as naturezas dos controles por eles exercidos quanto à aplicação dos recursos. Quanto à pesquisa descritiva, Vergara (2011, p.42) afirma:

A pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou de um determinado fenômeno. Pode também estabelecer relações entre as variáveis e definir sua natureza. Não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação.

Embora possua caráter descritivo em seus fins, também apresenta características exploratórias, pois trata de expandir os conhecimentos sobre o tema em geral, em busca de outras perguntas de pesquisa que incitem novos trabalhos. Nas palavras de Gil (2011, p. 27):

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.

Quanto aos meios, é uma pesquisa documental e bibliográfica, pois coleta dados secundários, de documentos internos da UFSC não publicados, bem como documentos públicos da União, disponibilizados pela Internet; Assim como busca em publicações literárias e artigos científicos o embasamento teórico necessário.

Para a correta interpretação dos dados coletados, fez-se necessário o uso de entrevista, na qual os autores argüiram pessoa de notório conhecimento sobre os dados, quanto às suas origens. Pela maneira como foi conduzida, a entrevista foi classificada como: por pautas e por telefone. Gil (2011, p. 112) define a entrevista por pautas da seguinte maneira:

A entrevista por pautas apresenta certo grau de estruturação, já que se guia por uma relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso. As pautas devem ser ordenadas e guardar certa relação entre si. O entrevistador faz poucas perguntas diretas e deixa o entrevistado falar livremente à medida que refere às pautas assinaladas.

4 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

A coleta dos dados se deu por meio de documentos cedidos pela Secretaria de Planejamento da UFSC, exibindo dados sobre a origem e a aplicação dos recursos totais da UFSC nos períodos de 2009 e 2010.

A planilha, em seu estado bruto, não analisado, pode ser conferida no Anexo A.

O tratamento conferido aos dados seguiu o procedimento de digitar a tabela para o programa Microsoft Excel, no qual seus dados puderam ser conferidos, agrupados e as necessárias comparações relativas (percentagem de cada valor) puderam ser realizadas com facilidade.

Após a conferência dos dados digitados com os dados da tabela impressa fornecida pela SEPLAN, o segundo passo foi a automação da soma dos resultados totais, mediante o uso da fórmula “= soma (In, In1)”, que realiza a adição dos valores em uma coluna. O terceiro passo foi a inclusão de uma coluna após cada ano, a fim de alocar a categoria “%”, referente à importância relativa de cada valor de origem. Incluiu-se em cada célula simples fórmula de percentagem e aferiu-se o valor relativo de cada origem. A tabela com tal tratamento está disponível no “ANEXO B” deste.

A análise desta tabela demonstra como fato marcante o crescimento real dos recursos. Em valores não atualizados, houve um crescimento de 26, 24% no total de recursos destinados à UFSC em 2010 com relação a 2009.

O quarto passo na análise foi a categorização das origens conforme o método proposto por Amaral (2003). O autor divide as fontes de financiamento universitário em dois grandes grupos: Fundos Próprios e Fundos do Tesouro Nacional.

Na entrevista pautada conduzida junto ao responsável pelo setor, identificou-se que as rubricas relativas às dotações destinadas por força de lei à UFSC correspondem a 81,95% do orçamento anual de 2010, uma queda em relação ao orçamento de 2009, no qual as mesmas rubricas representavam 85,5% do orçamento total. As origens referidas, identificadas na tabela abaixo, são as destinadas à própria UFSC, e àquelas destinadas à manutenção do Hospital Universitário.

Recursos do FPF destinados à UFSC e ao HU					
		2009		2010	
UO	UNIDADE/ÓRGÃO	2009	% do Orçamento	2010	% do Orçamento
26246	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	\$ 661.214.461,50	76,2232%	\$ 780.247.113,17	71,2505%
26386	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO - UFSC	\$ 80.465.296,64	9,2758%	\$ 117.111.998,88	10,6944%
Subtotal		\$ 741.679.758,14	85,50%	\$ 897.359.112,05	81,94%

Tabela 1: Recursos públicos destinados à UFSC por força de lei.

Fonte: Elaboração própria sobre dados SEPLAN, UFSC.

Por simples operação matemática de subtração, percebe-se que o total de recursos “próprios”, ou seja, aqueles captados ativamente pela instituição, constituíam em 2009 14,5% dos

recursos da UFSC e, em 2010, 18,06%, um acréscimo discreto em termos relativos, mas que contabilizou, nominalmente cerca de R\$ 71.987.396. Não é soma desprezível.

Tais fundos podem ser apreciados na tabela a seguir.

Relação de Recursos Próprios (Contratuais)

UO	UNIDADE/ÓRGÃO	2009		2010	
		2009	% dos fundos próprios	2010	% dos fundos próprios
2012 2	SECRETARIA ESP. DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	26.559,82	0,0211%		0,0000%
2012 4	SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA	686.509,11	0,5458%		0,0000%
2012 8	SECRETARIA ESPECIAL DOS PORTOS / PR	344.667,61	0,2740%	37.097.448,45	18,7629%
2020 4	INSTITUTO NAC. DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - ITI	175.921,98	0,1399%	166.399,80	0,0842%
2210 1	MINIST. DA AGRICUL., PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA	2.195.320,00	1,7452%	1.984.210,00	1,0036%
2410 1	COORDENAÇÃO GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - MCT	316.000,00	0,2512%	3.646.481,84	1,8443%
2490 1	FUNDO NAC. DE DESENV. CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	1.260.321,04	1,0019%	167.202,31	0,0846%
2610 1	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	18.792.158,04	14,9391%	13.466.267,06	6,8109%
2623 9	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	24.062,00	0,0191%	146.838,50	0,0743%
2627 3	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG		0,0000%	1.443,72	0,0007%
2629 0	INST. NACIONAL DE EST. E PESQUISAS EDUCACIONAIS	1.633.579,50	1,2986%	1.868.000,00	0,9448%
2629 1	FUND. COORD. DE APERF. DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	27.765.018,57	22,0723%	9.884.352,06	4,9992%
2629 8	FUND. NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO	15.354.242,01	12,2061%	42.143.370,92	21,3150%
2641 9	INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO RS		0,0000%	935,70	0,0005%
2643 8	INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DE STA. CATARINA		0,0000%	9.260,00	0,0047%
3690 1	DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO NAC. DE SAÚDE	40.123.576,55	31,8969%	50.953.445,09	25,7709%
3910 1	MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	1.474.874,00	1,1725%	300.000,00	0,1517%
3925 0	AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES	3.597.778,50	2,8601%	3.199.910,11	1,6184%
3925 1	AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS		0,0000%	1.000.000,00	0,5058%
3925 2	DÉPART. NAC. DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE	4.089.664,75	3,2511%	17.231.387,99	8,7152%
4210 1	MINISTÉRIO DA CULTURA	160.000,00	0,1272%	205.835,00	0,1041%
4220 4	INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HIST. E ART. NACIONAL	140.758,83	0,1119%		0,0000%
4290 2	COORD. GERAL OÇAM. FINANC. E CONTAB. / FNC	389.904,60	0,3100%		0,0000%
4420 5	AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS		0,0000%	247.349,57	0,1251%
4710 1	MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	36.299,25	0,0289%	500.000,00	0,2529%
4910 1	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO		0,0000%	309.013,00	0,1563%
4920 1	DPTO. DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIR - DAF-INCRA	806.198,18	0,6409%	953.078,04	0,4820%
5110 1	MINISTÉRIO DO ESPORTE	12.200,00	0,0097%	109.059,70	0,0552%
5310 1	MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	5.690.982,66	4,5241%	9.501.826,08	4,8058%
5510	MINISTÉRIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE À		0,0000%	606.477,28	0,3067%

1	FOME				
5610					
1	MINISTÉRIO DAS CIDADES	44.890,52	0,0357%	17.680,00	0,0089%
5690					
1	FUNDO NAC. DE SEGUR. E EDUCAÇÃO DO TRÂNSITO	650.000,00	0,5167%		0,0000%
5810					
1	MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA		0,0000%	1.999.621,11	1,0114%
Total		125.791.487,5		197.716.893,3	
		2		3	

Tabela 2: recursos “próprios”, recebidos por contratos de prestação de serviços ou pesquisa.

Fonte: elaborado pelos autores, com dados da SEPLAN / UFSC.

A tabela 2 permite o vislumbre de algumas situações. Além do próprio incremento dos recursos nominais recebidos por meio de contratos no ano de 2010 com relação ao ano de 2009, também evidencia-se a natureza transitória de tais recursos, perceptível na presença de certas fontes de recursos em 2009 que já não se fazem presentes em 2010 e na de fontes que só aparecem em 2010, não estando presentes em 2009. Depreende-se daí que se tenham encerrado alguns contratos e se celebrado outros.

5 CONCLUSÃO

Seja qual for a tipologia utilizada, percebe-se que o financiamento universitário pode ser dividido em grandes grupos, qual sejam, 1. As verbas estatais garantidas por lei; 2. as verbas, públicas ou privadas que estão disponíveis mediante contratos diversos; e 3. aquelas destinadas diretamente aos alunos de graduação e pós-graduação como fomento das atividades estudantis ou de pesquisa, passíveis de reembolso (financiamento estudantil) ou não (bolsas). Amaral (2003) classifica os recursos em próprios e de outras fontes. A análise dos recursos recebidos pela Universidade Federal de Santa Catarina permite chegara a algumas conclusões:

1 – o financiamento da UFSC não mais depende exclusivamente das dotações garantidas por lei.

2 – os volumes de recursos cresceram 26% nominalmente de 2009 a 2010, período em que o IPCM registrou inflação de 8,01%.

3 – Confirmando o que diversos autores, no Brasil e no exterior afirmam, a participação relativa do suporte público direto às IES públicas decresce, em que pese a série temporal pequena (dois anos) em que se baseia este trabalho, forçando as IES e seus professores e pesquisadores a uma ativa prática de coleta de recursos, respondendo a editais de empresas e agências de fomento ou prestação de serviços de consultoria, pesquisa e extensão.

Mesmo que haja incremento nos valores destinados às IFES, fica claro que há uma mudança na natureza destes valores, constituindo-se menos de recursos “garantidos” por lei e, cada vez mais, de recursos sujeitos às contrapartidas e controles dos entes financiadores contratados. Tais recursos, cuja liberação depende, via de regra, de contrapartidas, controles, atingimento de metas e objetivos estabelecidos nos termos de contratação, demonstram aquilo que diversos autores afirmam: o ensino superior, mesmo o público, em tempos de globalização, passou a ser pautado pelos critérios de eficiência e metas próprias dos empreendimentos privados. Quem precisar de mais evidências deste fenômeno não precisa ir além do documento intitulado “Diretrizes Gerais do REUNI” (BRASIL, 2007) em que são propostas

metas de todo o tipo, tais quais a renovação pedagógica do nível superior, ou promoção de capacitação pedagógica, ou ainda uma relação aluno / professor iguala a 18 como pré-requisito para a liberação de recursos públicos. Como afirmam Tonegutti e Martinez (2007, p.1):

Cada IFES que aderir deve prever no seu plano as ações que pretenderá levar a cabo para o cumprimento das duas metas. Em contra partida, pode receber recursos adicionais condicionados ao cumprimento das metas estabelecidas para cada etapa, limitado a 20% do orçamento de custeio e pessoal do ano inicial de adesão e no prazo de cinco anos, financiamento esse condicionado a capacidade orçamentária e operacional do MEC.

Como sugestões de futuras pesquisas, ficam a de encontrar a quantia regida pelas fundações que cercam a Universidade Federal, com fins de entender sua importância econômico-financeiro no apoio das atividades da IES; e também de identificar, junto aos departamentos da instituição, qual a importância relativa das taxas administrativas cobradas de alunos do ensino e da extensão, bem como da comunidade em geral, para serviços diversos como a validação de diplomas. Tais recursos ainda se encontram em uma “zona cinza” quanto a sua legalidade de cobrança, pois muitos argumentam não ser correto para a instituição publicamente mantida cobra-las. Por fim, pretende-se também expandir a pesquisa a fim de identificar as contrapartidas e mecanismos de controle principais envolvidos nos convênios e contratos firmados com os entes financiadores.

Como apontam Johnstone (2003), Amaral (2003), Toutkoushian (2001) e tantos outros, a tendência é uma participação cada vez maior dessas fontes de financiamento alternativas e a cobrança de metas de desempenho das IES públicas. Promover a educação superior de qualidade, nas suas dimensões de ensino, pesquisa e extensão é tarefa nobre do Estado e, enquanto haja méritos em medidas que visem modernizar a maneira como o conhecimento é gerado e difundido, especialmente em uma época de tantas mudanças tecnológicas, com ferramentas dinâmicas de comunicação, diversão e produtividade rivalizando com a maneira tradicional de estudar e produzir ciência, há que se tomar cuidado para não “proletarizar” o professor universitário e o ambiente acadêmico. Todos só têm a perder com isso.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. de S. **Elaboração de Projeto, TCC, Dissertação e Tese: uma abordagem simples, prática e objetiva.** São Paulo: Atlas, 2011.

AMARAL, N. C. **Financiamento da Educação Superior: estado x mercado.** São Paulo: UNIMEP, 2003.

ASSAF NETO, A. **Finanças Corporativas e Valor.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil,** Brasília, 1988.

BRASIL. **Decreto Nº 5.773 de 9 de Maio de 2006.** Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm#art79 > Acessado em 20 Out. 2011.

BRASIL. **Decreto Nº 3.860 de 9 de Julho de 2001.** Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3860.htm > Acessado em 20 Out. 2011.

BRASIL. **Decreto Nº 2.306 de 19 de Agosto de 1997.** Brasília, 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2306.htm > Acessado em 20 Out. 2011.

BRASIL. **REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: diretrizes gerais.** Brasília, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf> > Acessado em 17 Out. 2011.

FAYOL, H. **Administração Industrial e Geral: previsão, organização, comando, coordenação, controle.** 9ª ed. Tradução de Irene de Bojano e Mário de Souza. 1978, São Paulo: Atlas.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

JOHNSTONE, B. **Cost Sharing in Higher Education: tuition, financial assistance, and accessibility.** Czeck Sociological Review, 2003, vol. 39, nº 3, p. 351-374.

MELO, Pedro Antônio de. **Autonomia Universitária: Reflexos nas Universidades Estaduais Paulistas. XIX ENANPAD - Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração,** 1999, Foz do Iguaçu. Anais do XIX ENANPAD, 1999.

TONEGUTTI, C. A. MARTINEZ, M. **A Universidade Nova, O Reuni e A Queda da Universidade Pública.** Disponível em: < http://www.andes.org.br/Artigo_REUNI.pdf. Acesso em: 17 Out. 2011.

TOUTKOUSHIAN, R. K. **Trends in Revenues and Expenditures for Public and Private Higher Education** in: *The Finance of Higher Education: theory, research, policy & practice.* New York, Agathon Press: 2001.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.** 13ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ANEXO A

RELAÇÃO DE CRÉDITOS RECEBIDOS E ENPENHADOS POR ÓRGÃO

UO	UNIDADE/ÓRGÃO	2009	2010
20122	SECRETARIA ESP. DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	26.559,82	
20124	SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA	686.509,11	
20128	SECRETARIA ESPECIAL DOS PORTOS / PR	344.667,61	37.097.448,45
20204	INSTITUTO NAC. DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - ITI	175.921,98	166.399,80
22101	MINIST. DA AGRICUL., PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA	2.195.320,00	1.984.210,00
24101	COORDENAÇÃO GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - MCT	316.000,00	3.646.481,84
24901	FUNDO NAC. DE DESENV. CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	1.260.321,04	167.202,31
26101	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	18.792.158,04	13.466.267,06
26239	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	24.062,00	146.838,50
26246	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	661.214.461,50	780.247.113,17
26273	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG		1.443,72
26290	INST. NACIONAL DE EST. E PESQUISAS EDUCACIONAIS	1.633.579,50	1.868.000,00
26291	FUND. COORD. DE APERF. DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	27.765.018,57	9.884.352,06
26298	FUND. NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO	15.354.242,01	42.143.370,92
26386	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO – UFSC	80.465.296,64	117.111.998,88
26419	INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO RS		935,70
26438	INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DE STA. CATARINA		9.260,00
36901	DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO NAC. DE SAÚDE	40.123.576,55	50.953.445,09
39101	MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	1.474.874,00	300.000,00
39250	AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES	3.597.778,50	3.199.910,11
39251	AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS		1.000.000,00
39252	DEPART. NAC. DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE	4.089.664,75	17.231.387,99
42101	MINISTÉRIO DA CULTURA	160.000,00	205.835,00
42204	INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HIST. E ART. NACIONAL	140.758,83	
42902	COORD. GERAL OÇAM. FINANC. E CONTAB. / FNC	389.904,60	
44205	AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS		247.349,57
47101	MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	36.299,25	500.000,00
49101	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO		309.013,00
49201	DPTO. DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIR - DAF- INCRA	806.198,18	953.078,04
51101	MINISTÉRIO DO ESPORTE	12.200,00	109.059,70
53101	MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	5.690.982,66	9.501.826,08
55101	MINISTÉRIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE À FOME		606.477,28
56101	MINISTÉRIO DAS CIDADES	44.890,52	17.680,00
56901	FUNDO NAC. DE SEGUR. E EDUCAÇÃO DO TRÂNSITO	650.000,00	
58101	MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA		1.999.621,11
		867.471.245,66	1.095.076.005,38

ANEXO B

RELAÇÃO DE CRÉDITOS RECEBIDOS E ENPENHADOS POR ÓRGÃO

UO	UNIDADE/ÓRGÃO	2009		2010	
		2009	%	2010	%
20122	SECRETARIA ESP. DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	26.559,82	0,0031%		0,0000%
20124	SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA	686.509,11	0,0791%		0,0000%
20128	SECRETARIA ESPECIAL DOS PORTOS / PR	344.667,61	0,0397%	37.097.448,45	3,3877%
20204	INSTITUTO NAC. DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ITI	175.921,98	0,0203%	166.399,80	0,0152%
22101	MINIST. DA AGRICUL., PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA	2.195.320,00	0,2531%	1.984.210,00	0,1812%
24101	COORDENAÇÃO GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – MCT	316.000,00	0,0364%	3.646.481,84	0,3330%
24901	FUNDO NAC. DE DESENV. CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	1.260.321,04	0,1453%	167.202,31	0,0153%
26101	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	18.792.158,04	2,1663%	13.466.267,06	1,2297%
26239	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	24.062,00	0,0028%	146.838,50	0,0134%
26246	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	661.214.461,50	76,2232%	780.247.113,17	71,2505%
26273	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG		0,0000%	1.443,72	0,0001%
26290	INST. NACIONAL DE EST. E PESQUISAS EDUCACIONAIS	1.633.579,50	0,1883%	1.868.000,00	0,1706%
26291	FUND. COORD. DE APERF. DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	27.765.018,57	3,2007%	9.884.352,06	0,9026%
26298	FUND. NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO	15.354.242,01	1,7700%	42.143.370,92	3,8484%
26386	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO - UFSC	80.465.296,64	9,2758%	117.111.998,88	10,6944%
26419	INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO RS		0,0000%	935,70	0,0001%
26438	INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DE STA. CATARINA		0,0000%	9.260,00	0,0008%
36901	DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO NAC. DE SAÚDE	40.123.576,55	4,6253%	50.953.445,09	4,6530%
39101	MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	1.474.874,00	0,1700%	300.000,00	0,0274%
39250	AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES	3.597.778,50	0,4147%	3.199.910,11	0,2922%
39251	AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS		0,0000%	1.000.000,00	0,0913%
39252	DEPART. NAC. DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE	4.089.664,75	0,4714%	17.231.387,99	1,5735%
42101	MINISTÉRIO DA CULTURA	160.000,00	0,0184%	205.835,00	0,0188%
42204	INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HIST. E ART. NACIONAL	140.758,83	0,0162%		0,0000%
42902	COORD. GERAL OÇAM. FINANC. E CONTAB. / FNC	389.904,60	0,0449%		0,0000%
44205	AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS		0,0000%	247.349,57	0,0226%
47101	MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	36.299,25	0,0042%	500.000,00	0,0457%
49101	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO		0,0000%	309.013,00	0,0282%
49201	DPTO. DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIR - DAF- INCRA	806.198,18	0,0929%	953.078,04	0,0870%
51101	MINISTÉRIO DO ESPORTE	12.200,00	0,0014%	109.059,70	0,0100%
53101	MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	5.690.982,66	0,6560%	9.501.826,08	0,8677%
55101	MINISTÉRIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE À FOME		0,0000%	606.477,28	0,0554%
56101	MINISTÉRIO DAS CIDADES	44.890,52	0,0052%	17.680,00	0,0016%
56901	FUNDO NAC. DE SEGUR. E EDUCAÇÃO DO TRÂNSITO	650.000,00	0,0749%		0,0000%
58101	MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA		0,0000%	1.999.621,11	0,1826%
TOTAL:		867.471.245,66		1.095.076.005,38	